

PROJETO DE LEI N. 1002, DE 2021
(Do Sr. Bibio Nunes)

Aprimora as regras de acesso à reserva de vagas em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de nível médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei permite que o estudante que tenha cursado o ensino fundamental ou médio no todo ou em parte em escola particular possa fazer jus à reserva de vagas em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de nível médio, desde que suas mensalidades tenham sido custeadas integralmente pelo Estado em razão de inexistência de vaga na rede pública de ensino.

Art. 2º A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

"Art. 8º-A Também fará jus à reserva de vagas de que trata esta Lei o estudante que tenha cursado o ensino fundamental ou médio no todo ou em parte na rede privada de ensino com mensalidades integralmente custeadas pelo Estado em razão de inexistência de vaga na rede pública de ensino." (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal brasileira, em seu art. 208 estabelece que "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".



Em que pese a educação seja direito universal e gratuito assegurado constitucionalmente, é público e notório que, por vezes, o Estado não é capaz de prover a realização concreta deste preceito.

Nesse cenário, surgem decisões judiciais no país inteiro determinando ao Poder Público que, não podendo oferecer o acesso à educação em unidades oficiais, efetue às suas expensas, a matrícula da criança ou adolescente em instituição de ensino privada.¹

Ocorre que, uma vez concluída a formação no ensino fundamental ou médio, tais adolescentes ficam impedidos de ingressar pelo sistema de cotas em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, conforme o caso.

A razão desse impedimento está no requisito estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 no sentido de que, para fazer jus às cotas, o estudante tenha cursado integralmente o ensino fundamental ou médio, conforme o caso, em escolas públicas.

Ora, não faz sentido algum afastar do acesso às cotas aquele estudante que fatalmente estudaria na rede pública de ensino, mas que não o fez por conta da ausência de vaga regular, obtendo em seu favor pronunciamento judicial para que o Poder Público custeasse suas mensalidades na rede particular de ensino.

Seria injusto, para dizer o mínimo, tratar esse estudante como um aluno com perfil sócio-econômico típico dos que se encontram matriculados em escolas particulares.

Por todo o exposto, tendo em vista a necessidade de se apromiar as regras de acesso à reserva de vagas em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de nível médio, submeto o presente projeto de lei com a certeza de que a sua aprovação representará um avanço, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Bibo Nunes

Deputado Federal - PSL/RS

¹ Por todos, cite-se: <https://www.conjur.com.br/2014-abr-22/municipio-pagar-escola-particular-nao-tiver-vaga-rede-publica>

